

Um jornal doutrinário: a cultura política de 1830 sob o olhar de um áulico



Christiane Peres Pereira

Mestranda em História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo:

O jornal *O Brasileiro Imparcial* e o seu redator, Joaquim José da Silva Maia, constituem os objetos de análise deste artigo, que tem por objetivo maior desvendar traços da cultura política da corte do Rio de Janeiro no ano de 1830. O que se pretende é demonstrar como o publicista defende suas ideias e princípios por meio de uma linguagem específica, marcadamente doutrinária e intencional. Suas propostas estão em conformidade com a estrutura governamental e traduzem um conservadorismo pretensamente liberal.

Palavras-chave:

O Brasileiro Imparcial (Jornal)
Brasil — História — I Reinado, 1822-1831
Imprensa e política — Brasil

Este artigo foi produzido no âmbito de minha pesquisa de mestrado, sob a orientação do Prof. Dr. Marcello Basile, no primeiro semestre de 2011.

A renovação da história política, suscitada principalmente por René Remond ao final da década de 1960, teve como principal desígnio retirar deste campo historiográfico o caráter meramente narrativo, factual, de história dos grandes homens, que o relegou a segundo plano desde a década de 1920. A partir dos anos de 1970, buscou-se aplicar enfoques e questionamentos das ciências humanas e sociais, da ciência política e da história cultural no campo da política, segundo Serge Berstein.¹ Um conceito que aparece desse entrecruzamento de áreas é o de “cultura política”. Apesar de esse já ter tido seu momento de glória nos anos de 1960, por meio da ciência política, só nas últimas duas décadas que despertou a atenção dos historiadores, no que tange a aplicação do conceito nos estudos sobre comportamentos políticos.

Nesse sentido, o que interessa aqui é a cultura política, tal como os historiadores a entendem: a identificação dos elementos que determinam os comportamentos políticos, ou seja, os sistemas de representações coerentes ou não que motivam as ações na esfera política.² Considerando a crítica ao modelo “perfeito” de sistema político proposto por Almond e Verba,³ quando lançam mão do conceito, em 1960, para demonstrar a existência de culturas políticas homogêneas sem levar em conta as especificidades de cada Nação, entendemos cultura política em consonância com a cultura global da sociedade em questão e não separadamente.

Identificar, portanto, os elementos que constituem o sistema de representações de uma sociedade implica não só buscar matrizes filosóficas e os referenciais históricos, mas também identificar regras morais e religiosas, as redes de sociabilidades, a organização do ensino, os símbolos, os rituais e as palavras que, em forma de discursos, podem traduzir visões de mundo diversificadas.

As contribuições de Quentin Skinner e John Pocock sobre o estudo do pensamento político moderno, tendo a linguagem como elemento fundamental na compreensão dos contextos históricos originais, tem aqui lugar de destaque. Skinner e Pocock dedicaram-se a uma revisão na maneira como era construída a história dos grandes autores, dos seus textos e dos

1 Serge Berstein, “Culturas políticas e historiografia”, in: Célia Azevedo *et al.*, *Cultura política, memória e historiografia*, Rio de Janeiro, FGV, 2009.

2 Berstein, “Culturas políticas e historiografia”.

3 Gabriel Almond e Sidney Verba, *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*, 2. ed., Princeton, Princeton University Press, 1966.

conceitos de outra época, destacando que a análise do vocabulário utilizado nesses textos indica as principais questões em voga, bem como a “visão interna” de um dado contexto.⁴ A identificação de possíveis variações na linguagem, como a utilização do estilo retórico nos seus discursos, comum aos jornais oitocentistas, também será levada em conta.⁵ O método de Skinner consiste na análise dos vocabulários utilizados nos textos políticos como forma de apreender a conjuntura histórica em que foram escritos. O método de Pocock vem complementar Skinner, na medida em que seu foco é a linguagem. Pocock acredita que em um contexto histórico podem coexistir diversas “linguagens políticas”, e que estas podem ser apreendidas, de diversas maneiras, pela identificação dos vocabulários existentes nos discursos.⁶ Os dois autores propõem a análise do texto no seu contexto, levando em consideração a variabilidade do significado dos vocábulos, que vai depender tanto de sua autoria como da conjuntura em que se inserem. A utilização dos métodos de Skinner e Pocock no exame crítico do jornal tem o objetivo de esclarecer os discursos nele proferidos, mediante a compreensão da linguagem utilizada pelo redator no momento da escrita.

O trabalho de Lúcia Neves, *Corcundas e Constitucionais*, também tem lugar de destaque nesta abordagem, já que analisa a influência das ideias liberais da Revolução do Porto na construção da cultura política do Brasil a partir de 1820.⁷ Tendo como pressuposto que o Brasil estava permeado de valores e princípios característicos de Portugal, a autora relaciona a transferência da corte e a Revolução do Porto como acontecimentos propícios à formação de um vocabulário político para essa nova cultura. O meio de propagação dessas ideias seriam os panfletos, que podiam ter grande alcance com as novas práticas culturais do país. A linguagem então seria simplificada para que o conteúdo dos panfletos pudesse ser lido para os iletrados e todos aqueles que não tivessem acesso a eles.

Desse modo, cabe então a este trabalho analisar a linguagem do jornal *O Brasileiro Imparcial*, a fim de identificar as principais questões e a

4 Quentin Skinner, *As fundações do pensamento político moderno*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 13.

5 José Murilo de Carvalho, “História intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura”, *Topoi: Revista de História*, 1, (2000), p. 123-152.

6 John Pocock, *Linguagens do ideário político*, São Paulo, Edusp, 2003, p. 65.

7 Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Revan, 2003.

forma como eram veiculadas as ideias propostas pelo seu redator, o áulico Joaquim José da Silva Maia, como traços de uma cultura política imbricada pelos acontecimentos do final do Primeiro Reinado. O periódico constitui uma peça importante, a meu ver, nas discussões políticas via impressos na época, pois por meio das palavras, do seu discurso, pretendia incutir uma mensagem ao seu leitor, ao mesmo tempo em que fazia frente aos discursos da oposição. Essas mensagens, permeadas de valores, de regras de comportamento, podiam motivar a formação de uma opinião pública acerca dos temas discutidos pelo jornal. Portanto, o que podemos perceber na leitura deste jornal é que ele traduz um momento em que o impresso é mais que um veículo de informação, mas uma “arma no combate político”, na expressão de Jean-Ives Mollier, no determinado contexto brasileiro.⁸ Cabe ressaltar que não há outro estudo específico sobre esse jornal e seu redator na historiografia, a não ser sobre a facção áulica, na qual se insere o redator em questão.⁹

Diante de um fervoroso debate político sobre a formação do Brasil como nação independente e sua organização social, que perpassa todo o Primeiro Reinado, é importante destacar a atuação dos áulicos na defesa de seu projeto político. Essa facção composta por publicistas, parlamentares, aristocratas, burocratas e comerciantes, entre outros, defendia um projeto político para o Brasil situado na vertente conservadora do liberalismo. Seus discursos estavam presentes na Câmara dos Deputados, no Senado, no Conselho de Estado e na imprensa desde a outorga da Constituição em 1824. Na imprensa, que exercia papel fundamental na propagação de ideias, os áulicos transmitiam os acontecimentos e as resoluções governamentais relatando sessões da Câmara e discutindo projetos, o que enriquecia o debate travado entre os divergentes grupos políticos na corte do Império.

8 Jean-Ives Mollier, “Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX”, in: Eliana Regina de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier (orgs.), *Política, nação e edição — o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVII a XX*, São Paulo, Annablume, 2007.

9 A facção áulica foi tema de um projeto de pesquisa de Marcello Basile, *A facção áulica no Primeiro Reinado: imprensa, nação e cidadania no Rio de Janeiro (1824-1831)*, no qual fui bolsista por dois anos. Esta pesquisa deu origem não só ao meu trabalho monográfico, como ao projeto de mestrado, ainda em curso. Outro trabalho monográfico sobre o tema foi defendido com sucesso em agosto de 2010, pelo também bolsista Nelson Marques Junior. O artigo intitulado de autoria de Marcello Basile intitulado “Governo, nação e soberania no Primeiro Reinado: a imprensa áulica do Rio de Janeiro”, in: José Murilo de Carvalho, Miriam Halpern Pereira, Gladys Ribeiro, Maria João Vaz (orgs.), *Linguagens e fronteiras do poder*, Rio de Janeiro, FGV, 2011, também fruto da pesquisa citada, trata exatamente do projeto político áulico, seus princípios norteadores e a linguagem que os redatores utilizavam para ressaltar suas ideias.

Com críticas ferrenhas aos projetos da oposição — dos liberais moderados, que defendiam o “justo-meio, princípio aristotélico que pretendia um equilíbrio racional entre os excessos passionais extremos”;¹⁰ e dos liberais exaltados, que defendiam reformas radicais, como a instauração da República, o federalismo e a Soberania do Povo de influência rousseauiana — os áulicos apresentavam um projeto que previa a manutenção de uma liberdade restrita em uma sociedade naturalmente desigual. Trata-se de projeto político baseado em um pensamento liberal com sólidas raízes no conservadorismo de Edmund Burke. Nas palavras de Burke: “Através de uma política constitucional, operando segundo o padrão da natureza, recebemos, mantemos e transmitimos nossa propriedade e nossas vidas”.¹¹ O pensamento deste filósofo — que, influenciado pelas ideias liberais, defendeu um conservadorismo reformador — fundamentou muitos escritos dos áulicos, que acreditavam que as instituições permanecem, sobrevivem e se aperfeiçoam, favoráveis somente a reformas graduais e com referências no passado.

Os jornais áulicos, alguns analisados por mim anteriormente, partilhavam de um mesmo projeto político de ação: a manutenção do sistema de governo vigente, tendo como seu maior representante o imperador D. Pedro I.¹² Assim, mantinham-se firmes no propósito de conservação do Estado ancorado na Constituição de 1824. Tanto nas instâncias de governo quanto na imprensa, os áulicos procuraram difundir sua doutrina, com princípios e valores marcados por esse conservadorismo liberal. Conservar era a palavra de ordem dos áulicos, preservar as instituições e manter a tranquilidade dos povos foram dois de seus maiores objetivos. E é neste momento que Silva Maia publica *O Brasileiro Imparcial* e pode ser caracterizado como um áulico na corte do Rio de Janeiro.

Joaquim José da Silva Maia, natural do Porto, atuou como publicista em dois momentos decisivos do país: entre os anos de 1821 a 1823, quando publica o *Semanário Cívico* e o *Sentinela Bahiense* na Bahia, em meio a resistência da província em torno da independência; e no ano que precede a abdicação de D. Pedro, com a publicação d’*O Brasileiro Imparcial* na corte

10 Marcello Otávio Neri de Campos Basile, *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 46.

11 Edmund Burke, *Reflexões sobre a revolução em França*, 2.ed., Brasília, UnB, 1997.

12 Christiane Peres Pereira, *Os precursores da verdade: o grupo áulico na imprensa da corte (1828-1831)*, Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2010.

(1830). Neste segundo momento, período de debates políticos fervorosos, a publicação do periódico teve como objetivo principal acalmar os ânimos e produzir sustentáculos para o governo de D. Pedro I.

A 2 de janeiro de 1830, Silva Maia iniciava a publicação d'*O Brasileiro Imparcial* no Rio de Janeiro. Anunciado no *Jornal do Commercio*, a 22 de dezembro de 1829, o periódico lança seu prospecto de abertura indicando o seu perfil e os interesses que moveriam a publicação a partir do ano seguinte. O que de imediato coloca é a necessidade de se estabelecer a opinião pública, que estaria “flutuante no meio dos embates dos diversos partidos” e, portanto, deveria ser formada “por meio dos periódicos imparciais que estejam ao alcance de todo o mundo”. E *O Brasileiro Imparcial* seria este periódico, que, sem se vincular a qualquer partido ou facção, promoveria a união dos interesses do povo brasileiro com os do governo e combateria as doutrinas subversivas. Além disso, ainda se propõe a publicar notícias estrangeiras e a “expende nossas ideias sobre o comércio, e economia política”.¹³

O jornal, que circulou duas vezes por semana, às terças-feiras e aos sábados, com algumas variações, teve um total de 104 edições com quatro páginas cada, que foram publicadas pela Tipografia do Diário, na Rua d’Ajuda, nº 115. O preço da subscrição do periódico era de 2\$000 réis por trimestre e sua folha avulsa podia ser adquirida nas lojas de João Baptista dos Santos, Rua da Cadeia (atual Rua da Assembleia) nº 114; de João Pedro da Veiga, na Rua da Quitanda; e na de Silvino José d’Almeida, na Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes). Não há informação no jornal indicando o nome do seu redator, como também não há indicações sobre seus assinantes e sua tiragem. A epígrafe, que está presente em todas as publicações é a seguinte: “Longe de servir a este, ou àquele partido, falando-lhe a linguagem das paixões, a todos falaremos a linguagem da razão. Prospecto”.¹⁴ Esta epígrafe é citada no prospecto publicado no *Jornal do Commercio*, mas também corresponde à epígrafe utilizada no jornal português *O Imparcial*, publicado pelo redator entre os anos de 1826 e 1828.

O redator, embora fosse português de nascimento, se dizia brasileiro adotivo em função do título 2º, artigo 6º, da Constituição de 1824

13 *Jornal do Commercio*, 651, 22 dez. 1829. Procedeu-se à atualização ortográfica das fontes citadas.

14 *O Brasileiro Imparcial*, 1, 2 jan. 1830.

e, portanto, com “todo o direito a interferir em os negócios do Brasil como membros do corpo social”, defendendo e expendendo longas matérias a respeito do governo e seu imperador. Muitos dos artifícios de linguagem usados por ele para chamar atenção do público leitor estavam embasados pelos conceitos de nação, pátria e liberdade; pelo que entendia por governo e Constituição. Ou seja, em todos os seus textos reiterava sua concepção de Estado, sua concepção de governo e suas considerações a respeito do imperador. Essas foram características de todos os áulicos que se aventuraram na defesa do Primeiro Reinado. Joaquim José da Silva Maia, como um deles, conseguiu permanecer na esfera pública da corte publicando seu jornal por um ano, o que o torna relevante, dado que os jornais áulicos deste período tinham duração efêmera.¹⁵ Rebateu e atacou a oposição, fazendo parte de um espaço de debates que, embora novo, demonstra bastante riqueza nos argumentos e questões em discussão. Nesta pequena apresentação, tivemos o intuito de anunciar ao leitor a atuação de Silva Maia nesse momento político bastante conturbado do império brasileiro.

O jornal “imparcial”

A linguagem adotada por este periódico traz diversos aspectos da postura de Silva Maia frente às resoluções políticas do Brasil. O redator se pretende imparcial, no entanto, toma para si a função de doutrinar os brasileiros. Este objetivo fica explícito na sua epígrafe, citada anteriormente, quando desqualifica a existência de partidos e se coloca como transmissor da razão. Na edição de número 29 acrescenta: “Se a nossa franca linguagem ofender a alguns homens poderosos, não temos receios de dizer-lhes que desempenhamos literalmente a nossa Epígrafe”.¹⁶ Em suas edições é comum encontrarmos críticas às ideias propagadas pelos jornais de oposição. *O Brasileiro Imparcial* culpava os publicistas moderados e os exaltados pela alta desconfiança dos estrangeiros pelo país, mas também entendia que o motivo maior de tamanho descrédito não se resumia na oposição em si, e sim

15 *O Censor Brasileiro, O Novo Censor, O Patriota Brasileiro, O Novo Brasileiro Imparcial* foram publicados durante, respectivamente, três meses, dois meses, um número disponível e três números disponíveis.

16 *O Brasileiro Imparcial*, 29, 10 abr. 1830.

nos próprios governantes e governados que não se uniram “em um só corpo, e em um só espírito no Governo Constitucional”.¹⁷

A crítica se refere aos que pretenderam deslegitimar o trono brasileiro, afirmando que “a única legitimidade recebida no Brasil é a da vontade nacional”, a qual aclamou unanimemente D. Pedro imperador do Brasil. Assim, afirma que:

os povos do Brasil não fizeram mais do que exprimir seus desejos, e o amor que consagravam ao Sr. D. Pedro, então Príncipe Regente, e Ele anuiu aos desejos dos povos, e como tinha o poder legítimo, na qualidade de Herdeiro, e Delegado de Seu Augusto Pai, aclamou nos campos da Piranga a independência, e constituiu o Brasil uma nação livre, segregando-a da Monarquia Portuguesa, de que até então fazia parte.¹⁸

Nesta citação, o jornal enfatiza que a legitimidade deste imperador não se deve somente à vontade dos brasileiros, mas também à herança do trono que era dele por direito. Este foi um tema frequente n’*O Imparcial*, pois consideravam que o poder que D. Pedro tinha sobre o Brasil havia sido transferido de seu pai e “por isso este deixou de ser legítimo Imperante deste país para o ser seu Filho”.¹⁹ Conservava grande respeito à Família Real, porque o rei D. João VI reconhecera a independência do Brasil; e também aos portugueses, os quais eram constantemente citados em seus números como “amigos do Brasil, da sua Independência, e Constituição” e considerados um povo irmão.²⁰ A emigração portuguesa foi protegida por esse jornal dos ataques de “periódicos incendiários”, que insistiam em acusá-los de inimigos.²¹ Neste sentido, procurou realçar os fatores positivos da emigração, como a necessária povoação do país por aqueles que promovessem a indústria, neste “quase deserto”. E, também propunha que se facilitassem a vinda de portugueses, “acabassem essas prevenções desfavoráveis de alguns Brasileiros”, sendo até de extrema necessidade “uma Lei de naturalização” para povoar o Brasil.²²

17 *O Brasileiro Imparcial*, 4, 12 jan. 1830.

18 *O Brasileiro Imparcial*, 31, 17 abr. 1830.

19 *O Brasileiro Imparcial*, 44, 1 jun. 1830.

20 *O Brasileiro Imparcial*, 11, 6 fev. 1830.

21 *O Brasileiro Imparcial*, 31, 17 abr. 1830.

22 *O Brasileiro Imparcial*, 60, 27 jul. 1830.

O periódico busca afirmar seu pertencimento à nação brasileira, de modo a legitimar sua opinião, suas ideias e principalmente sua autoridade argumentativa nos debates políticos da esfera pública:

No estado atual em que existe o Brasil, o verdadeiro patriotismo deve consistir em nossa união, devem todos ter em vista um único objeto, aquele de pôr termo a seus ódios e vinganças particulares; não se observarem uns aos outros com uma curiosidade indiscreta: os desejos de reconciliação devem animar todos os corações, porque é a expressão de todos os interesses, e há de sujeitar todos os partidos, e triunfar por fim de todas as paixões. Finalmente, o verdadeiro patriotismo exige imperiosamente que nos unamos em um só corpo, em um só espírito; que nos identifiquemos com um Monarca, que quer, que deseja a nossa ventura consolidada pela sábia e liberal Constituição.²³

As suas publicações demonstram claramente que o jornal é a favor do sistema de governo brasileiro, Monárquico-Constitucional, e que defende a Constituição de 1824. A defesa da Constituição é baseada no argumento que D. Pedro utilizou ao outorgá-la: “A Constituição que temos é ótima, e mais liberal do que aquela que em Projeto se apresentou na ex-Assembleia Constituinte”.²⁴ Silva Maia não poderia descuidar da opinião pública e ser intransigente ao argumentar a favor do sistema de governo e da Constituição, já que, àquela altura, estes eram alvos da oposição. Neste sentido, chama atenção para a necessidade de reformas internas no governo, reformas administrativas e econômicas. Retoma a estrutura de Portugal antes da transferência da corte para o Brasil em 1808: “Diz o General Le Foi em suas memórias, publicadas há pouco, sobre a guerra da Península, que Portugal é o país dos Desembargadores; das Juntas que se não juntam; e dos Conselheiros que não dão Conselhos. Este pensamento é verdadeiro”. *O Brasileiro Imparcial* concorda com este general e acredita que esta estrutura foi trazida para o Brasil pelos ministros de D. João VI em 1808, “sem consultarem as faculdades do novo país para onde vinham estabelecer-se”, transplantando para o Brasil “as velhas instituições do velho Portugal”. Tais instituições seriam as causas de tantos prejuízos e abusos no tempo do absolutismo e, depois da Independência, continuariam a estar presentes. E conclui: “o defeito não está nos Empregados, está no sistema administrativo,

23 *O Brasileiro Imparcial*, 1, 2 jan. 1830.

24 *O Brasileiro Imparcial*, 33, 24 abr. 1830.

e falta de execução das Leis”, referindo-se à falta de constitucionalismo nas instâncias de poder do país.²⁵

Com bastante cuidado, o redator escreve sobre a Constituição, e sem criticá-la coloca a sua interpretação: “pode o tempo descobrir nela algum defeito, mas nela mesmo se acha isto prevenido, quando admite reforma (mas como ela determina) naquele de seus artigos, que dela necessitar”.²⁶

Procurando defender a monarquia representativa brasileira, o jornal analisa outros governos, como o da Inglaterra, da Holanda e da França. Reconhece que nessas nações os periódicos da oposição contribuem para a garantia das liberdades pátrias, na medida em que “instruem o público mostrando-lhe as verdadeiras vantagens daquele regime, e procuram por todos os meios legais dar maior força moral ao Governo, identificando os interesses dos povos com os interesses daquele”, o que não acontece no Brasil. Segundo *O Brasileiro Imparcial*, os jornais da oposição daqui, “pela imperícia ou maldade de alguns Redatores esforçam-se em fazerem perder a força moral ao Governo”, não inspiram “o mais profundo respeito ao Monarca” e ainda duvidam de sua legitimidade:

a acrimonia, e grosseria com que insultam a torto e a direito, produzem efeito contrário ao dos Periódicos da oposição na Europa; porque em lugar de angariarem sequazes ao sistema Constitucional, o tornam odioso aos menos instruídos e incautos; e por este meio indireto recrutam para o absolutismo.²⁷

A preocupação com a imagem do Brasil frente à Europa se traduz na tentativa de provar a legitimidade da sua independência, a implantação de um sistema justo e o crédito de D. Pedro I como grande mentor dessa “transformação”. O imperador teria sido um salvador à “testa dos nossos negócios”, passando o Brasil de absoluto para constitucional, “sem que nosso sangue fosse derramado”. Além disso, incita os leitores a pensarem na ideia de civilização tendo como parâmetro os “Povos civilizados da Europa”. O redator entende por comportamento cívico ideal o melhor e maior

25 *O Brasileiro Imparcial*, 9, 30 jan. 1830.

26 *O Brasileiro Imparcial*, 33, 24 abr. 1830.

27 *O Brasileiro Imparcial*, 34, 27 abr. 1830.

empenho do cidadão “para no seio da paz gozarmos dos frutos desse Governo”. Esta é uma crítica à oposição que para ele, naquele momento,

espalha o terror, a desconfiança, que se promove às claras a anarquia: que se empregam todos os meios para roubar a força moral ao Governo, e finalmente, com que dor o digo!! que se desafia o monstro da ingratidão contra Aquele que tantas vezes nos tem salvado.

Acrescenta ainda que os “Povos da Europa nos terão como uma Nação bárbara, sem instrução, moralidade, boa fé, e finalmente sem carácter; o que é a maior das injustiças”.²⁸ Essa preocupação de Silva Maia nos demonstra o quanto a oposição se fortalecia na esfera pública, o quanto as críticas direcionadas ao governo e ao imperador apontavam para uma crise de legitimidade que ameaçava a estrutura imperial.

A questão partidária pode ser considerada como um dos focos desta publicação, e está presente em muitos de seus números, dado o peso que exerce nos acontecimentos da época. Nesse sentido, a discussão em torno dos partidos estende-se à formação da opinião pública. Essa, por sua vez, é distinguida de opinião de partido para incorporar uma noção naturalizada na publicação, que é a de opinião pública como “o voto da maioria da classe pensante de uma nação: é esta classe que dirige as outras, que pugna pelos seus interesses, e que de algum modo obra e pensa por elas, como seus naturais procuradores”.²⁹ A sua preocupação girava em torno das consequências que as posições mais radicais causavam. Segundo *O Brasileiro Imparcial*, “Governos democráticos são mui perigosos: é em nome da liberdade que se constituem, porém esta não tarda em formar armas contra si mesma”, indicando a inviabilidade das propostas liberais democráticas. Mas, nem por isso, como ele mesmo chama a atenção, deseja “louvar o absolutismo”, pois acredita que um só homem não é capaz de reunir sobre si todos os poderes e que, para tanto, “seria necessário que ele fosse um Deus”.

O Brasileiro Imparcial utiliza um exemplo substancial para expressar sua crítica ao absolutismo: a regência de D. Miguel em Portugal. Comprovando sua acusação, o jornal cita os acontecimentos de 1827 e 1828, como os que representaram uma “lição para mais odiarem o absolutismo”. Em 1827, D. Miguel havia sido solto da prisão em Viena e recebido a regência

28 *O Brasileiro Imparcial*, 33, 24 abr. 1830.

29 *O Brasileiro Imparcial*, 1, 2 jan. 1830.

de Portugal. O ano de 1828 foi quando os redatores do *Imparcial*, jornal português, foram presos “a pretexto de republicanos” e Joaquim José da Silva Maia, seu redator, chamado de revolucionário em Portugal. Para bem demonstrar o caráter de D. Miguel, o periódico utiliza pronunciamentos no parlamento inglês em 1828 de alguns senhores que, além de não gostarem de D. Miguel, também não apoiavam o seu casamento com a filha de D. Pedro:

D. Miguel é um perjuro, um traidor, um monstro, seria necessário longo tempo para o seguir em todos os passos de sua usurpação. [...] D. Miguel, este quebrantador de solenes juramentos, este usurpador desleal, este escravizador da sua pátria, este destruidor da Liberdade constitucional, este violador das Leis públicas.³⁰

Deste modo, o periódico acredita que outras realidades dão substância ao seu argumento de que a existência de partidos de oposição não é saudável ao governo legítimo do Brasil, enfatizando que é uma ilusão acreditar em “belas teorias de alguns escritores, ou instigados por ocultos velhacos”, pois que “pretendam arrastá-los às desgraças”, referindo-se aos defensores da democracia, e que “os Reis por mais virtuosos e sábios estão sujeitos às fraquezas da humanidade; seu espírito e suas virtudes têm limites, enquanto que suas paixões os não podem ter no exercício de uma plena soberania absoluta” para os que defendem o poder centralizado.

Que pretenderam esses escritores em fazerem duvidosa a legitimidade de S. M. I., não a considerando inerente à sua Pessoa? Por ventura inculcarem aos povos (como Abelha e seus defensores), que assim como eles fizeram a S. M. I. Imperador, o podem desfazer, e expulsar? Assim o acreditamos, quando vemos que eles tiveram o arrojo de dizerem que podiam constituir-se em república, chamar outro Príncipe, e que honraram e obsequiaram a S. M. I. em o escolher para Monarca!³¹

Silva Maia atenta ainda para o comportamento do cidadão brasileiro quando das festividades cívicas, como a independência do país no dia 7 de setembro, o aniversário da constituição no dia 25 de março, e o aniversário de D. Pedro I a 12 de outubro. O jornal, na edição de número 73, propõe moderação e prudência na comemoração da Independência do Brasil:

30 *O Brasileiro Imparcial*, 7, 23 jan. 1830.

31 *O Brasileiro Imparcial*, 31, 17 abr. 1830.

Hoje é o Aniversário da nossa Independência: neste dia o Brasil apareceu brilhante entre as Nações: os corações Brasileiros exaltam de júbilo, e por todos os modos patenteiam seus regozijos: muito confiamos que eles não serão perturbados por alguns exaltados indiscretos, que excitam rixas, e animosidades com que deslustrem um tão fausto dia: a moderação, e a prudência, que caracterizam sempre um povo civilizado, presidirão a estes regozijos; e deste modo confundir-se-ão nossos inimigos; e daremos mais um testemunho de que somos dignos de gozar da Independência, com as Instituições que nos ofereceu, e nós aceitamos, o mais magnânimo dos Monarcas.³²

Outra data comemorativa, que também é utilizada pelo jornal é o aniversário de D. Pedro I, dia 12 de outubro. Neste dia a publicação dedica duas páginas para argumentar a favor do imperador, relacionando a sua postura frente o Brasil no movimento da Independência e no momento em que deu a esta nação uma constituição com o seu aniversário natalício. Para tanto, inicia a edição da seguinte maneira:

O dia de hoje Doze de Outubro Aniversário do Natalício de S. M. I. Nosso Defensor Perpétuo é sem contradição o mais brilhante e majestoso do Brasil; sem este dia não haveria Império, Independência, e Constituição. Oh! que júbilo não deve hoje apoderar-se do coração dos Brasileiros, recordando-se que em outro igual dia nasceu o grande D. Pedro 1^o.³³

E termina esta matéria agradecendo quem ajudou a organizar uma grande festa cívica, bem como sugere que os brasileiros sejam gratos por essa data, origem de todos os outros “dias faustuosos que festejamos”, que seriam a Independência e o aniversário da Constituição.

O Brasileiro Imparcial acredita que fala a “linguagem da razão” (epígrafe do jornal), que tem um importante papel na propagação das “luzes”, portanto, tem a função de doutrinar os povos. Isto pode ser observado ao refletir sobre a liberdade da imprensa:

ARTIGO COMMUNICADO.

Quando reflexiono que a liberdade da imprensa tem sido para as nações cavilosas um resultado de propagar luzes, e moral;

32 *O Brasileiro Imparcial*, 73, 7 jul. 1830.

33 *O Brasileiro Imparcial*, 83, 12 out. 1830.

finalmente um sustentáculo do Governo Constitucional, dando-lhe crédito, e reputação; com mágoa observo que no Brasil só tem servido de desmoralizar o povo, confundi-lo; desacreditar o Governo, roubando-lhe toda a força moral, e convidar os povos para a revolução!! Continuamente vê-se atacada, direta, e indiretamente a Sagrada e inviolável Pessoa do supremo Chefe da Nação, o Fundador do Brasílico Império, o Príncipe Filósofo Amigo da Humanidade! C. M.³⁴

Nesta passagem é possível observar, que o redator, imbuído das ideias liberais propagadas pela Revolução do Porto e, portanto, a favor da liberdade de imprensa, levanta para o Brasil a mesma questão que em Portugal suscitou debates poucos anos antes: “sem a liberdade de Imprensa não é compatível a existência de uma Monarquia Constitucional”.³⁵ O que se discutia em Portugal, segundo José Tengarrinha, era a controvérsia da aplicação na prática da liberdade de imprensa na sociedade portuguesa, visto que podiam fazer mau uso dela. Entretanto, outros afirmavam que a censura prévia é que podia trazer “males incomparavelmente maiores do que os abusos da liberdade”.³⁶ Essa discussão é a referência para as ideias veiculadas por Silva Maia no Brasil, pois tinha como base sua experiência em Portugal nos anos de 1826 e 1827. Tendo o redator publicado o *Imparcial* na cidade do Porto naqueles anos, vivenciou o segundo momento constitucional do país, quando a imprensa nem sequer conseguiu respirar as liberdades previstas no texto constitucional por conta da censura prévia estabelecida pela própria Constituição de 1824.

Conclusão

O jornal *O Brasileiro Imparcial* representa uma pequena parte da cultura política da corte do Rio de Janeiro no ano de 1830. Apesar da grande oposição que desde 1826 abalava a reputação do imperador e de seu governo, este jornal conseguiu manter aceso o sentimento de patriotismo cultivado pelos próprios brasileiros desde a Independência.

34 *O Brasileiro Imparcial*, 40, 18 mai. 1830.

35 José Tengarrinha, *Imprensa e opinião pública em Portugal*, Coimbra, Minerva de Coimbra, 2006.

36 Tengarrinha, *Imprensa e opinião pública em Portugal*, p. 43.

Silva Maia, com o seu jornal, procurou instigar valores cívicos, comportamentos e uma postura moral aos brasileiros, que agora deveriam escolher pela nação, pelo seu único protetor D. Pedro I. O objetivo de sua publicação era zelar pela estrutura vigente, mas não deixa de apontar a necessidade de reformas no governo brasileiro, de reformas que estruturassem melhor a economia, a política pública e a própria autoestima do país, de forma a dar “energia e força”, como ele mesmo diz, ao governo constitucional. O periódico já chamava a atenção para a organização de novas leis. A imparcialidade está apenas no nome se nos detivermos à característica principal dos áulicos, porém demonstra estar muito informado sobre a situação do seu país, o que lhe permite avaliar e perceber a necessidade de mudanças dentro do próprio governo. Além disso, toma para si a função pedagógica de formar a opinião dos brasileiros a favor do Brasil constitucional governado pelo legítimo imperador, D. Pedro I:

Eis-aqui porque os mais iluminados Publicistas têm mostrado que os Governos Monárquicos Representativos são os melhores para felicitar as nações: aqui há a justa divisão dos poderes; esta divisão é o princípio conservador dos direitos do cidadão, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias que a Constituição oferece, diz a nossa Lei fundamental.³⁷

A leitura mais apurada deste periódico nos permite visualizar uma parte das ideias mais discutidas no período, bem como perceber na dinâmica política os interesses dos demais grupos sociais. Garantir a constituição não era atributo somente dos que a defendiam, mas de toda a nação, que estaria assim salvaguardando uma conquista de todos. A linguagem que domina as matérias do jornal é um instrumento de persuasão diante do contexto de queda do governo de D. Pedro I. A forma como o redator se comunica com o público leitor é clara e contém muitos argumentos explicativos pautados em exemplos reais, que tornam firme sua palavra. A preocupação em manter-se ileso de acusações vem sustentada pela sua conformidade em relação ao governo. Mesmo que o critique, o redator não deixa de sobrepor as vantagens do sistema constitucional e do governo do imperador aos problemas apontados pela oposição. O que de imediato podemos inferir sobre a linguagem utilizada é que há uma constância de opiniões expostas. O autor nos permite percorrer suas ideias sem escorregar em contradições que o

37 *O Brasileiro Imparcial*, 7, 23 jan. 1830.

condenam perante a opinião pública, que naquele momento se tornava alvo das organizações políticas.

Se todos os brasileiros se unissem “em um só corpo e em um só espírito no Governo Constitucional” e a oposição procurasse “por todos os meios legais dar maior força moral ao Governo”, como afirma *O Brasileiro Imparcial*, a liberdade de imprensa como “meio mais poderoso de se polir os costumes” promoveria “todas aquelas virtudes que constituem o Cidadão benemérito do Soberano e da Pátria”. O que quer dizer que estão “a par das luzes do século”, como o imperador, defendendo todas as prerrogativas de um governo representativo constitucional e das liberdades alcançadas com este, mas com ressalvas ao abuso das liberdades pátrias, que podem causar desordens, intrigas e desonrar a pátria e o soberano. Essas “luzes”, como bem analisa Lúcia Neves, foram “filtradas” tanto em Portugal quanto no Brasil, gerando uma cultura política identificada como comum às duas nações, principalmente porque a influência da Igreja, grande em Portugal, foi responsável pela atenuação das ideias iluministas, tanto na Metrópole quanto na Colônia.³⁸ As “luzes mitigadas”, como diz a autora, é que originam esse pensamento político mais moderado da imprensa política do Brasil, e é a que caracteriza a atuação do redator Joaquim José da Silva Maia.

recebido em 21/05/2012 • aprovado em 19/09/2012

38 Neves, *Corcundas e Constitucionais*.